

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 27/10/2015

- [Detenta que teve bebê em solitária é paciente psiquiátrica, diz governo do Rio](#)
- [Curitiba é referência nacional na prevenção contra uso de drogas](#)
- [Novas habilidades na grade curricular enriquecem formação](#)
- [Decisão judicial permite a mulher condenada cuidar de filho doente em casa](#)
- [Vídeo de prisão em escola americana provoca indignação](#)
- [Polícia investiga caso de bebê que teve pés queimados em hospital de Brasília](#)
- [Caruaru - MPPE realiza II Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional nesta terça-feira \(27\)](#)
- [UNICEF destaca redução inédita de casos de poliomielite e importância da vacinação](#)
- [Relatos de violência sexual contra mulheres e crianças refugiadas preocupam ACNUR](#)

Assunto: Detenta que teve bebê em solitária é paciente psiquiátrica, diz governo do Rio

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 27/10/2015



A detenta gestante que deu à luz sozinha, em uma cela solitária, na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, é paciente psiquiátrica e estava em uma cela individual porque era agressiva, reflexo da abstinência de drogas, e podia machucar a si ou outras presas, segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

O caso ocorreu no dia 11, mas veio a público ontem (26) e motivou pedidos de esclarecimento da presidenta da Comissão de Segurança Pública e vice-presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputada Martha Rocha. De acordo com a Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a detenta foi colocada na solitária de castigo.

“A acautelada, em nenhum momento foi submetida a isolamento disciplinar”, afirmou a Seap, em nota. De acordo com a secretaria, a detenta era usuária de *crack* e tem crises de abstinência. A secretaria também informou que a grávida, sem consciência, entrou em trabalho de parto, mas quando a criança nasceu, os inspetores perceberam o fato e a detenta foi levada às pressas a um hospital.

A versão diverge dos relatos prestados, à Vara de Execuções Penais, pelas vizinhas de cela da parturiente. “Consta em relatório que a presa teve o bebê no isolamento e, mesmo com os gritos de outras detentas pedindo ajuda, só saiu com o bebê já no colo, com o cordão umbilical pendurado”, revelou o juiz Eduardo Oberg, titular da VEP. A diretora do presídio, Andreia Oliveira, negou os fatos ao Judiciário.

O Tribunal de Justiça considera o caso de uma “indignidade humana inaceitável”. A VEP pediu o afastamento da diretora e da sub-diretora da penitenciária para apuração dos fatos.

Em relação ao pedido de afastamento da diretora, a Seap não informou, até a publicação da reportagem, se acatará o pedido.

Apesar de o presídio dispor de uma unidade materno-infantil, onde mãe e bebê podem permanecer juntos por até 6 meses, a Seap disse que a decisão de separar a mãe do filho recém-nascido foi determinada pela 4ª Vara da Infância e Juventude e do Conselho Tutelar, porque a presa tentou agredir o bebê. A criança foi encaminhada para um abrigo municipal e a gestante, depois do parto, voltou ao presídio. Segundo a VEP, a presa foi colocada de volta na solitária. A Seap informou que a presa, por conta das crises de abstinência, será levada para o Hospital Psiquiátrico Roberto Medeiros.

Além do afastamento da direção do Talavera, a Vara de Execuções Penais pediu que o caso fosse registrado na delegacia de polícia.

Assunto: Curitiba é referência nacional na prevenção contra uso de drogas

Fonte: Portal Andi

Data: 27/10/2015



Representantes do Ministério da Saúde estiveram em Curitiba para acompanhar como o programa #Tamojunto, que estimula a prevenção do uso de drogas entre estudantes, tem sido trabalhado no município e pactuar a expansão de outro projeto na rede municipal de ensino. A capital paranaense tem sido considerada um caso de sucesso, com resultados positivos e atuação intersetorial exemplar. Agora, Curitiba também dará continuidade ao trabalho com o Jogo Elos, que tem a finalidade de abordar indiretamente o mesmo tema com meninos e meninas mais novos. “Consideramos a experiência de Curitiba como um caso de sucesso no País. A intersetorialidade aqui foi muito forte e o trabalho é feito com muita qualidade. Os números aqui são superiores aos dos outros municípios brasileiros”, afirma a coordenadora dos Programas de Prevenção do Uso e Abuso de Álcool e Outras Drogas do ministério, Sâmia Abreu. Curitiba está entre os 22 municípios do País que conduzem o #Tamojunto. Em Curitiba, o #Tamojunto foi implantado no começo de 2014 e atingiu 4,5 mil estudantes de escolas municipais com idades entre 13 e 15 anos e 852 familiares e responsáveis. O Município tem 151 profissionais de saúde, educação e assistência social capacitados para dar continuidade ao projeto. A meta curitibana é impactar 8 mil jovens até o final de 2016, expandindo o programa também para instituições da rede estadual de ensino. “A ação intersetorial que temos conduzido em Curitiba, com a participação das secretarias da Educação e da Saúde e da Fundação de Ação Social (FAS), engrandece nossos esforços para conscientizar adolescentes e familiares sobre a prevenção ao uso de álcool e drogas. Adaptar metodologias testadas em outros países para a nossa realidade faz com que os nossos passos sejam maiores e possamos trazer mudanças efetivas na vida dos jovens e das suas famílias”, diz o secretário municipal da Saúde, César Monte Serrat Tilton, lembrando do caso de um pai que, depois de duas oficinas do #Tamojunto, voltou transformado. Estava mais arrumado, dizendo que havia parado de beber para ser um exemplo melhor para os filhos.

#Tamojunto

O trabalho é conduzido com os jovens ao longo de um semestre letivo, com 12 aulas, além de três oficinas com pais e responsáveis. Durante os encontros, os alunos têm a oportunidade de associar as mensagens sobre drogas ao dia a dia e debatê-las com os colegas, fortalecendo habilidades pessoais e sociais, como pensamento crítico e criativo, tomada de decisões, resolução de problemas, comunicação eficaz, assertividade, autoconhecimento, empatia, entre outros. “Focando as ações de prevenção nos primeiros anos da adolescência, as chances de influenciarmos esses jovens aumentam muito. Precisamos atuar além das normativas e das imposições, de uma forma dinâmica e participativa, para que esses jovens se posicionem pelo não uso das drogas sem que se coloquem em risco ou sintam-se fragilizados diante das pessoas com quem convivem ou no ambiente em que vivem”, afirma o diretor do Departamento de Políticas sobre Drogas, Marcelo Dias Kimati. Professores são capacitados

em uma formação de 16 horas, da qual também participam gestores escolares, profissionais de saúde e assistentes e educadores sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Entre as atividades em sala estão momentos de roda de conversa, valorização de opiniões, momentos de reflexão em silêncio e jogo de perguntas e respostas. “Os professores são atores fundamentais nesse processo, já que eles podem aproveitar a relação e o conhecimento que têm sobre cada aluno para atraí-los e engajá-los nessas atividades”, diz a coordenadora do projeto, Paula Cordeiro. O #Tamojunto é uma iniciativa do Ministério da Saúde inspirada no programa europeu Unplugged – que em inglês significa desligado, na tradução livre para o português –, desenvolvido por pesquisadores e conduzido pela Experiência de Prevenção do Uso de Drogas na Europa (EU-DAP). “Temos o desafio de vencer o forte apelo que as drogas têm com os jovens e reforçar seus vínculos comunitários e familiares. Todo esforço despendido com esse objetivo ajuda muito essa causa”, afirma a presidente da FAS, Marcia Oleskovicz Fruet.

Jogo Elos

Direcionado a crianças entre 6 e 10 anos, o Jogo Elos é um programa preventivo articulado pelo governo federal que tem o intuito de construir novos modos de convivência social a partir de uma proposta lúdica. O projeto também foi inspirado em uma experiência estrangeira – desenvolvida na década de 1960 por pesquisadores dos Estados Unidos – e está presente em 15 municípios brasileiros. Divididos em equipes, os estudantes são estimulados a seguir determinadas regras de convivência, combinadas previamente em conjunto com colegas e professor, que venham a impactar sobre comportamentos agressivos, hiperativos, tímidos e de isolamento. Esse tipo de atitude é considerado como fator de risco para possíveis problemas psicossociais, como o envolvimento com o álcool e drogas e a prática do bullying. “Esse encontro com os representantes do governo federal firma a continuidade do #Tamojunto e a implantação do Jogo Elos de forma gradativa na rede municipal de ensino. A previsão é de que até o final de 2016, o projeto já esteja em andamento em oito escolas. É um projeto voltado para crianças menores e que potencializa o que elas têm de melhor”, afirma a secretária municipal da Educação, Roberlayne Roballo. O trabalho tem duração de 10 a 30 minutos e pode ser proposto aos alunos de três a cinco vezes por semana ao longo de todo o ano letivo. Cabe ao professor monitorar os alunos ao longo das atividades propostas, mapear o comportamento deles e trabalhar em conjunto com profissionais de saúde para propor novas ações que tragam impacto nas atitudes dos estudantes. Para a supervisora do Jogo Elos no Ministério da Saúde, Flora Lorenzo, Curitiba caminha para ser referência também nessa outra proposta. “Já temos resultados positivos com o Jogo Elos tanto a nível nacional como aqui em Curitiba [um piloto do projeto foi implantado em uma escola do município em 2014]. A cidade tem plenas condições para expandir a ação para outras escolas e conseguir mais resultados exitosos”, comenta.

Dados

Um estudo do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (Cebrid) mostrou que, em 2010, 60,5% dos estudantes brasileiros já tinham provado álcool e 25,5% já haviam provado algum tipo de entorpecente, como maconha, cocaína, crack, êxtase, anfetaminas e solventes. Em Curitiba, estimava-se que, em 2013, 78,1% dos jovens entre 13 e 15 anos já tinham experimentado bebida alcoólica alguma vez na vida. Em relação a drogas ilícitas, um estudo de 2012 revelou que 14,4% dos estudantes curitibanos afirmaram que já tinham experimentado algum tipo.

Assunto: Novas habilidades na grade curricular enriquecem formação

Fonte: Portal Andi

Data: 27/10/2015



Ao perceber que, apesar de bem inteligentes, muitos alunos saíam do colégio Pensi sem ter desenvolvido sua inteligência emocional, a instituição resolveu inserir na grade curricular do Ensino Fundamental a aula Habilidades de Vida, que trabalha as competências socioemocionais como perseverança, pró-atividade, pensamento crítico, curiosidade, colaboração e comunicação. A instituição é uma das que têm investido em disciplinas alternativas para acrescentar na formação do estudante. As aulas de Habilidades de Vida são coletivas e individuais, e o aluno é estimulado a construir o pensamento a todo momento. São desenvolvidos projetos em grupo em que são introduzidas e analisadas questões do cotidiano. As aulas também costumam envolver atividades de outras disciplinas e buscam maneiras mais atraentes de ensinar conteúdos tradicionais. "Vimos que muitos alunos chegavam a entrevistas de emprego e ficavam tímidos e travados e que precisávamos desenvolver mais esse lado emocional. Por isso, os alunos do 6º ao 8º ano passaram a ter essa disciplina em suas grades curriculares. Buscamos estimular a curiosidade e a colaboração entre os alunos. No 9º ano, as aulas são ministradas pelo Professor de Filosofia", explica Bruna Lobo, coordenadora do Ensino fundamental. No Centro Educacional de Niterói, os alunos de 1º e 2º ano do Ensino médio tiveram aulas de química ambiental acrescentadas, este ano, à sua grade curricular. A novidade surgiu após o corpo docente perceber que os estudantes enfrentam dificuldades na prova de ciências da natureza do Enem. "O exame é bastante contextualizado e aborda diversos assuntos. A prova de ciências da natureza trabalha o conteúdo ambiental, fala sobre queima de combustíveis fósseis, poluição de água e solo. Nos livros do Ensino médio não há um capítulo específico sobre química ambiental, daí a dificuldade dos estudantes. Em uma reunião no ano passado, criamos essa disciplina condicionada, na qual discutimos atmosfera e composição química, entre outros assuntos. Desta forma, os alunos entendem os fenômenos que estão presentes no dia a dia", conta a professora de Química Luana Bacelar.

Liberdade de escolha

A disciplina é obrigatória, mas os jovens escolhem o momento de assistir às aulas, que são teóricas e práticas. Professores de Química e de Biologia estão à frente das turmas. "Para que os alunos assimilem o conteúdo ainda com mais facilidade, também promovemos passeios", diz a professora de Química. Há cerca de dez anos, alunos do 2º ano do Ensino médio do Assunção podem optar por cursar a matéria Projeto Miniempresa, que tem a duração de apenas um semestre. A disciplina nasceu da necessidade de mostrar para os estudantes uma visão empresarial do mercado profissional. É fruto de uma parceria com uma ONG que leva empresários voluntários para ministrar a aula. "Os voluntários auxiliam os alunos a montar uma empresa dentro da Escola. Os alunos têm que ocupar todos os cargos que existem dentro de uma companhia de verdade, desde o presidente até o funcionário. Eles escolhem os produtos, vendem, fazem a propaganda, vendem ações e pagam um aluguel, entre outras coisas. Este ano, a empresa criada se chama Facarte e comercializa mochilas", conta a diretora, Maria do Carmo Laia Franco. No Catavento, há mais de dez anos aulas de técnicas

de mosaico são oferecidas como uma atividade extraclasse para alunos da Educação infantil, ao 5º ano. No currículo de artes do Ensino fundamental, a disciplina também faz parte da grade curricular. "Com azulejos, sucatas e tampas de garrafa, entre outros materiais, os alunos desenvolvem mosaicos, uma atividade que ajuda na concentração, na organização espacial. Assim, eles trabalham a atenção, o interesse e outras habilidades que são essenciais para o desenvolvimento das crianças", afirma a diretora da Escola, Cláudia Costa.

Assunto: Decisão judicial permite a mulher condenada cuidar de filho doente em casa

Fonte: CNJ

Data: 27/10/2015



Uma mulher condenada por tentar levar drogas ao marido preso em um presídio de São Paulo, em dezembro de 2014, recebeu no último dia 21 de agosto o direito de cumprir o restante da pena no regime aberto, prestando serviços à comunidade. O juiz Rafael Carvalho de Sá Roriz levou em conta o fato de S. I. S., 23 anos de idade, ter filhos para cuidar – um deles sofre de câncer. A decisão de transformar a pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos segue uma das recomendações da Carta de Brasília,

resumo das conclusões do I Encontro Nacional sobre o Encarceramento Feminino, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2011.

De acordo com uma das recomendações do documento, os atores do sistema de Justiça devem buscar efetivar ou criar “mecanismos legais que permitam melhor avaliação dos riscos e classificação das presas” de modo a permitir “quando for o caso, a adoção de medidas alternativas à pena privativa de liberdade, especialmente no caso de presas grávidas por ocasião da prática do delito, mães de filhos que sejam delas dependentes econômica ou emocionalmente”. A proposta é evitar ao máximo a “desagregação ou destruição do grupo familiar” na medida em que “um certo número delas não representa maior risco para a segurança da sociedade”, de acordo com o documento.

Segundo a Carta de Brasília, a recomendação se justifica no momento em que as mulheres representam parcela cada vez maior da população prisional – 9,9 mil mulheres entraram no sistema carcerário nos seis primeiros meses do ano passado, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen/MJ). [Clique aqui para acessar a íntegra da Carta de Brasília.](#)

Na decisão do juiz paulista, é citada a possibilidade de reduzir a pena de casos semelhantes ao de S. I. S., desde que o réu “seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosas”, de acordo com a Resolução n. 05/2012, do Senado Federal. O magistrado do Departamento Estadual de Execução Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (DEECRIM 4ª RAJ) também considerou a competência do juiz de execução penal de converter pena privativa de liberdade em restritiva de direitos”, conforme previsto na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), especificamente quando a

pena não ultrapasse dois anos – a sentença original foi de um ano, onze meses e dez dias de prisão em regime fechado.

O tempo da pena aplicada à jovem é uma exceção no sistema carcerário. Segundo o mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Depen/MJ, 6% da população encarcerada recebeu pena de no máximo dois anos.

Regras de Bangkok – Na fundamentação do alvará de soltura em que determinou a conversão da prisão da jovem condenada, o juiz evocou o conjunto de normas do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) “para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras”, conhecidas como as Regras de Bangkok. De acordo com a Regra 64, penas alternativas à prisão são preferíveis para mulheres “grávidas e com filhos dependentes, quando for possível e apropriado, sendo a pena de prisão apenas considerada quando o crime for grave ou violento ou a mulher representar ameaça contínua, sempre velando pelo melhor interesse do filho ou filhos e assegurando as diligências adequadas para seu cuidado”. Assim como S. I. S., 59% dos presos brasileiros têm filhos.

Segundo o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, juiz Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, dispositivos que conferem tratamento penal diferenciado, por motivo de gênero, vêm previstos nos indultos presidenciais de 2014 e 2013. De acordo com os Decretos n. 8.172/2013 e n. 8.380/2014, devem ser liberadas do cárcere mulheres condenadas a penas privativas de liberdade superiores a oito anos desde que tenham filho menor de idade “que necessite de seus cuidados” e tenham cumprido parte da pena – um quarto do tempo, quando não reincidentes, um terço, se reincidentes. “Infelizmente, trata-se de dispositivos ignorados e ainda pouco utilizados, não alcançando mulheres em condições especiais de encarceramento”, disse o magistrado, que também antecipou que o II Encontro Nacional sobre Encarceramento Feminino já está sendo preparado pelo DMF e muito provavelmente acontecerá em meados do primeiro semestre de 2016.

São Paulo – Casos como o de S. I. S. são comuns nas prisões brasileiras. Entre as mulheres encarceradas no Brasil, 63% delas cometeram crime de tráfico de drogas. Em São Paulo, a parcela é ainda maior. Segundo o secretário da Administração Prisional de São Paulo, Lourival Gomes, em junho passado 72% das mulheres presas foram detidas por crimes relacionados ao tráfico de drogas. De acordo com Gomes, a decisão de converter a prisão em regime aberto é “moderna e adequada à realidade atual”, pois as mulheres presas por tráfico em geral não são traficantes. “Quando a mulher é presa, em geral está portando pouca quantidade de droga, que concordou em transportar em troca de pouco dinheiro. E ela só faz isso por amor ao companheiro ou porque foi coagida a levar a droga para dentro do presídio”, afirmou o secretário, que também preside o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej).

Assunto: Vídeo de prisão em escola americana provoca indignação

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 27/10/2015

jornal do  commercio

O caso ocorre num momento em que a brutalidade policial está em evidência nos Estados Unidos.



O policial Ben Fields foi colocado em licença administrativa enquanto aguarda uma investigação interna

O vídeo de um policial branco americano dando uma chave de braço em uma aluna negra antes de derrubá-la de sua cadeira e arrastá-la pelo chão da sala de aula onde estava provocou revolta nas redes sociais.

O caso ocorre num momento em que a brutalidade policial está em evidência nos Estados Unidos após uma série de incidentes - alguns fatais - envolvendo autoridades policiais e homens ou meninos negros.

O incidente mais recente aconteceu na segunda-feira (26) em um escola de ensino médio de Columbia, Carolina do Sul, informou a rede de televisão WIS, que obteve dois vídeos do ocorrido.

A hashtag #AssaultAtSpringValleyHigh - em referência ao nome da escola - virou um trending topic no Twitter e os vídeos rapidamente se tornaram virais.

Os vídeos, que aparentemente foram gravados por outros alunos com seus telefones celulares, mostram o policial entrando na sala de aula.

Ele conversa brevemente com a menina - que está sentada à mesa - antes de pegá-la pelo pescoço, jogando-a no chão e arrastando a jovem.

Ela não parece resistir.

Curtis Wilson, porta-voz do Departamento de Polícia do Condado de Richland, informou em uma coletiva de imprensa que a adolescente recebeu por diversas vezes a ordem de deixar a sala - por razões não informadas - mas se recusou.

A imprensa identificou o policial como Ben Fields, um dos dois policiais designados para a escola.

Fields foi colocado em licença administrativa enquanto aguarda uma investigação interna, segundo a NBC News.

Assunto: Polícia investiga caso de bebê que teve pés queimados em hospital de Brasília

Fonte: Diário de PE

Data: 27/10/2015



Água quente estava em uma garrafa térmica deixada dentro do berço no qual a criança foi transferida da UTI para o quarto. O acidente causou ferimento de segundo grau.



O caso do bebê de 1 ano que teve os dois pés queimados com água no momento em que era transferido da unidade de terapia intensiva (UTI) para um quarto do Hospital Brasília, no Lago Sul, é investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal. Ele estava internado havia 14 dias em decorrência de otite e pneumonia. Caso sejam responsabilizados, os profissionais que fizeram o transporte da criança podem responder por lesão corporal culposa. A mãe, Fernanda Aguiar, 33 anos,

registrou ocorrência na 10ª Delegacia de Polícia (Lago Sul) na sexta-feira, um dia depois do ferimento de segundo grau. O delegado adjunto da unidade, Gustavo Farias Gomes, esclareceu que a apuração está em fase inicial, pois ainda não teve acesso aos laudos médicos.

O episódio aconteceu por volta das 23h da última quinta-feira. O bebê Miguel Aguiar Mendes tomou a última dose do antibiótico às 22h e, em seguida, foi liberado para o quarto. Uma garrafa térmica com água quente, utilizada para esterilizar a mamadeira da criança e outros objetos pessoais, foi deixada dentro do berço no qual o menino era transportado. No trajeto, ela virou e derramou o líquido nos pés da criança. “No box da UTI, não tem armário para guardar as coisas. A mala dele, a caixa de fraldas e as sacolas de brinquedo estavam no chão. Na hora de transferi-lo para o quarto, colocaram tudo no berço”, contou Fernanda.

A avó materna acompanhava Miguel. Desesperada, ligou para a mãe da criança, que retornou ao hospital. “As minhas pernas falharam quando vi o meu filho. Ficou todo mundo abalado, sem saber o que falar. Eu vi o meu bebê desfalecido no colo da minha mãe, todo suado, meio dormindo, meio acordado. O cirurgião só falava: ‘Calma, mãezinha, poderia ter sido pior, vai dar tudo certo’”, disse. Segundo a publicitária, o atendimento não se mostrou adequado nem nos primeiros dias. Ela ressaltou que pediu uma radiografia para o filho logo na entrada na unidade de saúde, mas o exame só foi feito quatro dias depois — ele constatou a pneumonia. Além disso, Fernanda alegou que o filho tem alergia a proteína de leite e, mesmo informada, a equipe oferecia mingau de Mucilon.

Na sexta-feira, Miguel passou pelo primeiro curativo. Um cirurgião plástico explicou aos pais que as queimaduras não afetariam os movimentos. “Tudo depende da cicatrização, mas ele esclareceu que o corpo da criança regenera muito rápido. Tudo foi muito estressante. Na sexta-feira à noite, eu tirei o Miguel de lá. O sentimento é de revolta. O que aconteceu foi um transtorno. Até a logística da casa mudou”, revelou Fernanda.

Ontem, os pais levaram a criança para uma consulta. “Eu sou mãe e quis buscar uma segunda opinião. A única coisa que o Hospital Brasília está fazendo é custear os curativos. Estou indignada e horrorizada. O meu filho chora de dor e pânico. Nenhuma mãe aguenta ver isso”, lamentou. Em nota, o hospital informou que instaurou “um comitê interno para apuração dos fatos”. Garantiu que presta todo o atendimento ao bebê e disse que a criança é acompanhada ambulatorialmente pela equipe de cirurgia plástica.

Palavra de especialista

Cuidados especiais

“As queimaduras são divididas em primeiro, segundo e terceiro grau. No primeiro caso, a queimadura fica restrita à epiderme e só causa vermelhidão. No segundo grau, os ferimentos atingem a derme, a segunda camada da pele, e não geram apenas vermelhidão, mas também bolhas. Na de terceiro grau, pode ocorrer a destruição da epiderme, da derme, além de atingir glândulas, pelo, hipoderme, gorduras, podendo chegar até o osso. Em uma queimadura de segundo grau, o importante é romper a bolha, sem retirar o “teto” dela, para drenar o líquido, ou seja, não se retira a pele da bolha que ajuda na revitalização.

Durante o tratamento, são utilizados cremes anti-inflamatórios, antialérgicos, inclusive antibióticos, dependendo da extensão da queimadura. Nesse estágio, é importante que não haja infecção. No caso do bebê, está restrito a uma região pequena. É importante ter cuidados como compressas e uso de cremes cicatrizantes, mas não acredito que haverá sequelas. Isso existiria no caso da queimadura de terceiro grau, que poderia ocorrer aderências. Com o devido cuidado, a situação deve evoluir bem e sem maiores problemas. No futuro, ele não deve ficar nem com cicatrizes.”

Assunto: Caruaru - MPPE realiza II Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional nesta terça-feira (27)

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 27/10/2015



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude) promove, nesta terça-feira (27), o *II Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional* para promotores de Justiça, conselheiros tutelares, Secretarias de Assistência Social dos municípios da região, dirigentes e equipes técnicas das instituições de acolhimento. O evento acontece das 8h30 às 17h, no auditório da Promotoria de Justiça de Caruaru, situada na avenida José Florêncio Filho, s/n, Bairro Maurício de Nassau.

A programação pela manhã conta com a apresentação, *A História de Pedro*, de autoria de Bruna Elage, do Instituto Fazendo História. Em seguida, serão exibidos os documentários, seguidos de debates, *A gente volta pra casa?* e *Que casa é essa?*.

Já à tarde, a partir das 14h, acontecem a apresentação das orientações técnicas para o acolhimento de crianças e adolescentes e uma discussão a respeito das especificidades dos cuidados em cada faixa etária, seguida também de debate.

De acordo com o coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor de Justiça Guilherme Lapenda, além desse encontro, outros serão realizados com o intuito de atender as 14 Circunscrições Ministeriais.



Assunto: UNICEF destaca redução inédita de casos de poliomielite e importância da vacinação

Fonte: ONU

Data: 27/10/2015



Apesar de progresso, representante da agência da ONU ressalta: “Não podemos descansar até o número de casos chegar a zero”.

Nunca antes na história da poliomielite tão poucas crianças contraíram o vírus. Para manter avanço, um representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) advertiu: “Não podemos descansar até o número de casos chegar a zero”. Atualmente, apenas Afeganistão e Paquistão manifestam casos da doença.



Em 24 de outubro é marcado anualmente o Dia Mundial de Combate à Pólio. De acordo com a agência da ONU, 51 casos do vírus selvagem da poliomielite foram registrados mundialmente em 2015, comparado a 242 em 2014.

O UNICEF forneceu 1,7 bilhão de vacinas no ano passado, ajudando a criar confiança por parte da população na vacina e apoiando o treinamento de grupos de trabalhadores.

No entanto, o chefe da Unidade de Poliomielite do UNICEF, Peter Crowley, destacou a importância da vacinação e alertou que alguns países apresentaram surtos recentemente devido à menor preocupação com a imunização por parte das pessoas.

Assunto: Relatos de violência sexual contra mulheres e crianças refugiadas preocupam ACNUR

Fonte: ONU

Data: 27/10/2015



Agência da ONU para Refugiados externou sua preocupação com “testemunhos verossímeis” sobre violência sexual e abuso contra mulheres e crianças refugiadas e migrantes em deslocamento na Europa, e pediu às autoridades para que tomem medidas para garantir a proteção dessas pessoas.



Jovem menina refugiada espera por um trem numa estação em Tovarnik, na Croácia.

crianças, que são particularmente vulneráveis a este tipo de abuso enquanto transitam pela Europa, disse o ACNUR.

“Crianças refugiadas e migrantes que se deslocam na Europa estão em risco elevado de violência e abuso, incluindo a violência sexual, especialmente em locais de recepção superlotados ou em muitos locais onde os refugiados e migrantes se reúnem, como parques, estações de trem, estações de ônibus e estradas”, disse Melissa Fleming, porta-voz do ACNUR, durante coletiva de imprensa em Genebra.

“A partir de testemunhos e relatórios que temos recebido, existem casos de crianças envolvidas em prostituição para pagar contrabandistas e continuar sua jornada, ou porque ficaram sem dinheiro, ou porque foram roubadas”, acrescentou.

Fleming observou que crianças desacompanhadas podem ser particularmente vulneráveis, pois não têm a proteção e cuidado de um adulto. Elas também podem ser detidas em alguns países, inclusive com os adultos, o que representa outro grande risco à sua integridade.

Mulheres refugiadas e migrantes que viajam por conta própria também estão em risco elevado na Europa, ao longo de rotas inseguras ou em lugares que carecem de segurança básica.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) externou esta semana preocupação com “testemunhos verossímeis” sobre violência sexual e abuso contra mulheres e crianças refugiadas e migrantes em deslocamento na Europa, e pediu às autoridades para que tomem medidas para garantir a proteção dessas pessoas.

Até agora, neste ano, mais de 644 mil refugiados e migrantes chegaram à Europa por via marítima. Destes, pouco mais de um terço – 34% – são mulheres e

Muitos centros de acolhimento estão superlotados, sem iluminação adequada ou espaços separados para mulheres solteiras e famílias com crianças.

O ACNUR apelou a todas as autoridades nacionais competentes na Europa para tomar medidas para garantir a proteção das mulheres e meninas, inclusive fornecendo instalações de recepção adequadas e seguras.

A agência da ONU também está pedindo a todas as autoridades, como urgência, que encontrem alternativas à detenção de crianças. O ACNUR e seus parceiros estão trabalhando para prevenir e lidar imediatamente com os casos de separações familiares como forma de reduzir os riscos de mulheres e meninas.

Junto com seus parceiros, o ACNUR está trabalhando com as autoridades para garantir o acesso à informação sobre procedimentos legais disponíveis, reforçar a identificação de pessoas com necessidades específicas, incluindo crianças desacompanhada, e encaminhá-las aos serviços competentes, prestar apoio psicossocial e reforçar áreas de recepção, incluindo o fornecimento de lugares seguros.